



PSD p.12

Barbosa de Melo era "um homem sábio, um humanista"



Parlamento p.26

PS está refém das políticas de educação do BE e do PCP

POVO LIVRE



n.º 1968
10 de maio de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

REFORMAR O ESTADO

ANOS
PARTIDO
SOCIAL
DEMOCRATA



PSD celebrou o 43.º aniversário em Pombal



Pedro Passos Coelho na comemoração dos 43 anos do PSD em Pombal

Reformar o Estado

O presidente do PSD afirmou que “chega a ser uma indignidade a forma como tratam os precários ou as carreiras contributivas mais longas” e que a resposta para que o Executivo tenha mais orçamento não é alterar a lei para que o Banco de Portugal entregue dividendos ao Estado. O PSD não acredita numa sociedade que nivele por baixo, mas sim numa sociedade onde todos tenham oportunidades e direito de escolha.

No Governo e na oposição, o PSD quer sempre o melhor para Portugal. E não poderia ser de outra maneira. “Quem, como nós, fez tanto para que pudéssemos vencer as dificuldades só pode ter amor ao seu País e não pode desejar senão sucesso e boa sorte. Muito do que acontece hoje em Portugal deve-se ao facto de não termos hesitado em fazer o que era necessário para reformar a economia e as nossas estruturas sociais”, afirmou o presidente do PSD, num jantar da celebração do 43.º aniversário do PSD, em Pombal, sábado, 6 de maio.

Os portugueses sabem que a preocupação do PSD foi a de reformar o Estado, e não a de ocupar o Estado. Pedro Passos Coelho acusou o Governo de não ter ambição para o futuro de Portugal. Na verdade, não se percebe como é que o Governo perde tanto tempo “a discutir como vai integrar precários e não a pensar no que o Estado deve fazer, que reforma é necessária e de quem são aqueles de que o Estado precisa para essas tarefas e que deve integrar, porque o Estado não pode ficar sempre na mesma. Podem dizer que é audacioso. Que as pessoas ficam agradadas com estes anúncios”. Mas o PSD “sempre quis o melhor para Portugal, e isso significa ter a coragem de dizer o que é preciso fazer. É mais importante agradecer ou preparar o futuro? Preparar o futuro, sempre, e é por isso que hoje temos um futuro melhor”.



Quando foi preciso fazer um acordo com os parceiros para reformar as leis laborais, o PSD teve a coragem necessária, e é por isso que hoje há emprego a crescer e desemprego a diminuir. Tal deve-se à “ação reformista que tivemos, e hoje ninguém identifica uma reforma deste Governo na área laboral que sustente estes resultados.”

Portugal precisa de ajuda, mas tem de querer ser ajudado. Precisa de atrair investimento privado, para criar emprego e rendimento, para exportar mais, para satisfazer a necessidade de solver o Estado Social no presente e no futuro.

No entanto, “para que acreditem em nós temos de

mostrar o quanto acreditamos no futuro do País. E quem acredita não cruza os braços. Quem está no Governo distribui o que há, mas não prepara o futuro, porque não tem uma agenda de reformas. Isso percebe-se, mas não se desculpa. Desfazem reformas do passado mas não as têm para futuro”.

Esta maioria não é realista, acusou Pedro Passos Coelho. “Quando não havia dinheiro, diziam que devíamos gastar mais. Agora que há, porque conseguimos dar uma ajuda decisiva, como podem prometer mais se não souberem ampliar o que somos capazes de fazer? Alguém tem mais rendimento sem fazer um esforço adicional, sem mudar alguma coisa? Se não mudarmos, não teremos mais do que temos. Mas queremos e precisamos de ter mais do que hoje”, afirmou.

A resposta não é alterar a lei para que o Banco de Portugal entregue dividendos ao Estado. “O que é preciso é reformas que coloquem a pessoa no centro da ação política, as empresas no centro da dinâmica económica, para crescer mais e ter melhor educação, saúde, serviços públicos, e atacar as causas das desigualdades e injustiças”, disse.

Governo prefere projeto eleitoralista a projeto com futuro

“Portugal devia estar a investir no futuro. Mas o PS está a ver se ganha as próximas autárquicas”, acusou o líder da oposição. “Chega a ser uma indignidade a forma como tratam os precários ou as carreiras contributivas mais longas. Cada vez que se pronunciam é para dizer que vão dar mais. Mas nada acontece”, disse.

O mesmo acontece nos lesados do BES. “Um ano depois, já viram a solução a funcionar? Não. Os precários deverão conhecer uma lei a apresentar em 2018. Presume-se que antes das legislativas haja novidades, mas desde o ano passado se fala nisso. Onde está a seriedade?”, questionou.

“O PSD não se demite de dizer que o rei vai nu e não vamos no peditório de que as coisas vão bem porque não são um desastre. Podíamos estar hoje melhor, podíamos ser considerados como seguros para investir pelas agências de ‘rating’, podíamos pedir o reconhecimento pelo nosso trabalho na UE, podíamos estar com mais convergência económica. Mas para isso é preciso autoridade, gerar confiança, e o que o Governo oferece é pedir que olhem para nós de outra maneira e se fazem o favor de mudar a notação. Se queremos confiança, porque falam da reestruturação da dívida? Nós não nos afastamos da nossa linha de levar a política e os portugueses a sério e de dizer que o que se está a passar não é conversa séria”, reiterou o líder social-democrata.

O PSD pode mostrar que está disponível para que o País se possa transformar para melhor, mas para isso a maioria tem de alinhar essa vontade, e isso não se vê.

O PSD será sempre “indispensável para que o País não se renda à ditadura do imediatismo e do curto-prazo. Nos próximos anos, como nos 43 que já passaram, o futuro mais ambicioso constrói-se com o PSD. Mantemos a nossa identidade e não nos desviamos da nossa função: representar a esperança e confiança no futuro, e não apenas na próxima eleição”.

O PSD continua a lutar por uma sociedade com menos desigualdades

“O que menos conseguimos transformar foi ainda vivermos numa sociedade com muitas desigualdades e injustiças”, afirmou o líder da oposição.

As pessoas não acreditam na democracia e nos políticos enquanto existirem desigualdades. O PCP e o BE querem um modelo onde não haja ricos, e onde as



políticas ponham todos mais pobres, mais iguais, nivelando por baixo, como querem fazer com a educação.

Esta não é a visão do PSD. O PSD quer “que as pessoas possam escolher a sociedade em que vivem e o seu projeto de vida de forma livre. Queremos que ninguém seja prejudicado, que cada um possa escolher com dignidade e liberdade o que puder ser melhor. Essas escolhas podem ser limitadas ao nivelar por baixo”, disse.

Atualmente, temos uma sociedade que tem mais trabalhadores a ganhar o salário mínimo nacional (SMN). “Dizem que querem um modelo económico assente em valor acrescentado, mas nunca houve tanta gente a ganhar o SMN. Assim não somos mais desenvolvidos e justos. Estamos melhor por ter mais gente com emprego, mas não promovemos políticas que convidem as empresas a contratar pelo mais baixo preço. Pelo contrário, queremos que contratem pelo valor mais alto, e isso acontece se souberem acrescentar valor”, explicou Pedro Passos Coelho.

Tal como afirma, “este Governo tem o país adiado. Queremos um projeto que ataque as causas das desigualdades, mas queremos alargar os rendimentos na sociedade, e para isso é preciso confiar na economia



social de mercado, e não afugentá-los. Não gostamos que o País fique adiado devido ao preconceito ideológico do BE e do PCP.”

PSD: há 43 anos a levar Portugal a sério

“Hoje é um dia muito importante. É o nosso dia. O dia em que comemoramos 43 anos desde que Sá Carneiro criou o PSD”, afirmou Pedro Passos Coelho. Perante centenas de pessoas, o líder social-democrata afirmou ser “impossível, num dia como este, não dizer que é uma honra ter a oportunidade de liderar um partido como o PSD/PPD.”

Os 43 anos do Partido Social Democrata simbolizam também “anos que marcaram profundamente a vida do País. Em muitos dos momentos críticos mais relevantes, ajudámos a transformar o nosso país, a fazer as pessoas acreditar que valia a pena, com uma sociedade mais desenvolvida e com menos injustiças. Esta história teve a marca do PSD, de militantes do PSD, de pessoas nas freguesias, municípios ou governo que do lado do PSD deram o melhor de si próprias para que Portugal fosse hoje mais desenvolvido e membro pleno da União Europeia. Sempre com ambição”, disse.

Pedro Passos Coelho partilhou que conviveu com muitos dos fundadores do PSD que ajudaram à transformação de Portugal. Tal como o próprio afirma, “sei como foi indispensável a qualidade de tantos dos deputados constituintes que tivemos. E sei o grande susto que os







partidos da extrema-esquerda apanharam quando Sá Carneiro ganhou as eleições em 1979 e mostrou que o País podia ter um destino bem diferente, ainda nas fraldas da Revolução.”

A primeira vez que o PSD chegou ao governo mostrou por inteiro a sua força e mudou de forma exonerável o rumo do país. Nunca mais perdeu a ambição de não ser submetido à extrema-esquerda e aos totalitarismos.

A génese social-democrata acredita que “tudo deve estar sujeito à pessoa, e tudo o que pode dar força, independência e capacidade crítica está na sociedade civil e na pessoa. Somos um partido profundamente popular, profundamente social-democrata, o que representou, em 43 anos, a nossa capacidade para dizer não aos projetos totalitaristas e autoritários, de unicidade democrática, não aos que queriam tornar o país uma mega empresa pública e queriam fazer do emprego um mega emprego público.”

Tal como o Presidente do PSD afirma, o PSD é “o partido da sociedade civil, das pessoas, o partido mais português de Portugal porque foi da profundidade da sociedade civil que nos afirmámos, com a nossa ação reformadora e libertadora. E é isso que representamos.”

“O PSD sempre foi o Partido que deu muito para que a política estivesse ao serviço das pessoas”. E tal aconteceu que nos 10 anos de estabilidade política com Cavaco Silva, quando se começaram a dar os primeiros passos de integração europeia, quer mais tarde com Durão Barroso, Santana Lopes e com o governo de Pedro Passos Coelho. “O PSD está sempre cá para servir os portugueses em tempos de dificuldade e não para olhar para o seu umbigo e fazer do país uma ação autárquica”, disse.



Apresentação de Carlos Almeida, candidato do PSD à câmara de Castelo Branco

“Portugal precisa de uma agenda reformista”

O presidente do PSD afirmou que Portugal precisa de uma “agenda reformista que impulse o país a crescer mais, que aproveite plenamente a conjuntura externa, que aproveite as vantagens da União Europeia”. O Partido Social Democrata sempre se esforçou para que “Portugal pudesse ser um País mais desenvolvido. Fomos sempre adeptos da integração europeia, de um Portugal europeu, mas ao mesmo tempo atlantista. Quanto mais atlânticos e globais formos mais importantes somos na Europa”.

Tal como Pedro Passos Coelho afirmou, o Partido sempre teve uma “ideia europeia de abertura, não desconfiámos da economia social de mercado, dos investidores. Queremos que as pessoas tenham escolha. Na oposição, não queremos menos. Não passámos a querer um país fechado, em que a economia corra mal. Quando olhamos para esta maioria, vemos partidos que simbolizam isso. O PS diz que o PSD não está empenhado no sucesso do País, mas depois chumbam as nossas iniciativas e andam para trás e não para a frente. Mas o PSD tem um projeto de futuro. É a nossa história, no Governo e na oposição. E é por isso que mais tarde ou mais cedo somos chamados a servir o país”.

Autárquicas: o PSD convida bons independentes para integrar as suas listas ou concorre com os próprios candidatos

“Nós não corremos o risco de ver enxotado o nosso apoio a um presidente de câmara, como se os partidos fizessem mal aos independentes”, afirmou Pedro Passos Coelho. O PSD pode optar por convidar bons independentes para integrar as suas listas ou concorrer com os próprios candidatos, porque tem “gente muito bem preparada para combater. O PSD apresenta-se de forma competitiva, com a melhor escolha e com bom programa para cada terra. Faz sempre um combate leal e prestará sempre um bom serviço, se assim for a vontade dos eleitores”.

Tal como o próprio afirma, “nunca há eleições democráticas decididas antes do dia da eleição. Estamos preparados para ganhar e para que valha a pena ganhar”.

Em Castelo Branco, onde esteve presente para apoiar a candidatura de Carlos Almeida, dia 5 de maio, o presidente do PSD reiterou que o PSD tem candidaturas que orgulham o Partido, candidaturas que levam as “localidades, o seu trabalho e os nossos cidadãos a sério”.

O Partido Social Democrata não encara as eleições autárquicas com favoritismo, tem ambição nas suas candidaturas. Tal como o líder social-democrata afirma,



“nós não fazemos só as coisas fáceis, fazemos o difícil e mostramos a nossa fibra e fazemos as coisas como deve ser”.

PSD fez com que Portugal estivesse mais próximo da saída do Procedimento por Défices Excessivos

Mais de um ano e meio depois, “ainda estamos à espera de ver melhorado o ‘rating’, ainda estamos à espera de beneficiar da política monetária do BCE. Espero que não estraguem algumas taxas de juro que temos vindo a conseguir com as conversas de reestruturação da dívida. Agora que devíamos crescer como a média europeia, o Governo é pouco ambicioso e quer preservar a sua sobrevivência, não fazendo reformas e não preparando o futuro de Portugal dentro da UE.

O PSD deixou Portugal mais próximo da saída do Procedimento por Défices Excessivos. O PSD deixou Portugal mais próximo de ter melhor rating. “Um ano e meio depois, é inevitável, e ainda bem, que Portugal saia do Procedimento por Défices Excessivos. Mas precisávamos que as agências financeiras nos considerassem investimento. Queremos que o País possa melhorar o perfil do seu crescimento dos próximos anos, sem pôr em causa os serviços públicos. Queremos mais dinamismo para o território”, disse.

“A falta de ambição de agenda reformista a pensar no futuro é o principal problema deste Governo”, afirmou o líder social-democrata. “Se alguém quer superar o que tem e criar algo de novo, não pode deixar de mudar alguma coisa, de fazer mais. O Governo e a maioria não têm essa agenda a pensar no crescimento e nas políticas públicas. Não têm uma ideia que projete o futuro.”

Quando chegou ao governo, em 2011, o PSD encontrou um défice de 11%, deixando um défice de 3% no fim do mandato. “Demos um contributo muito certo para que as contas estivessem bem. Hoje, estamos muito satisfeitos por estarmos mais próximos do equilíbrio orçamental. Mas queríamos que as pessoas que governam fossem transparentes e corajosas quanto às políticas que usam. O Governo deve ter a coragem de apresentar as medidas às pessoas. Não criticamos a intenção de ter contas certas e equilíbrio orçamental. Mas esse equilíbrio deve ser usado como instrumento para promover o crescimento do país”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O governo socialista que precedeu o Governo liderado pelo presidente do PSD deixou o país sem dinheiro. Agora, que as “contas estão mais equilibradas, e era suposto termos melhores condições para um desenvolvimento que crie emprego e crescimento, o que vemos não é o desejado: nunca tivemos tanta gente a ganhar o ordenado mínimo, o Estado nunca esteve tão à míngua de dinheiro, as dívidas dos hospitais cresceram 29% nos primeiros 3 meses do ano. Agora que era tempo de apostar no futuro, o que existe é uma espécie de autossatisfação por não termos outro resgate.”

“A falta de ambição mora no Governo”, acusou o líder da oposição. Portugal precisa de pôr os instrumentos que tem ao serviço de uma ideia: se queremos ter financiamento temos de pagar as dívidas, se queremos ser ajudados temos de nos ajudar a nós próprios.

Educação: maioria de esquerda promove o facilitismo

O presidente do PSD afirmou que Portugal “tem andado para trás”. Referindo-se ao debate que decorreu hoje em plenário, em que se discutiram propostas para a Educação, o líder social-democrata enalteceu as reformas que o seu executivo levou a cabo. “A exigência por que lutámos está a perder-se. Ainda esta semana decorreram provas de aferição, que são um gasto de recurso e um fator de perturbação na vida escolar”, afirmou.

Por outro lado, os “exames que nos permitiam aferir avaliações desapareceram no quarto e sexto anos. Hoje,





quisemos chamar a atenção que é importante continuar a apostar em responsabilidade e autonomia para as escolas. Nós melhorámos uma alteração do governo que nos precedeu, que instituía os diretores de escola, que trouxe um princípio de gestão mais responsável. Aprofundámos este modelo que vinha de um governo socialista. O PS votou contra, porque as suas propostas querem aproximar-se da visão do PCP, de um modelo que fecha as escolas em torno dos professores e que retrai a responsabilidade que é sempre necessária quando se gere alguma coisa. Hoje, o PS está condicionado pelas forças da extrema-esquerda, que são contra a boa gestão”, acusou.

Mas Pedro Passos Coelho espera que as reversões não se estendam à reforma laboral levada a cabo. Uma

reforma que ajudou a “criar emprego e a diminuir o desemprego. Esta reversão é o que querem a CGTP, o BE e o PCP. Se isso acontecesse, mais tarde ou mais cedo iríamos reverter o nosso resultado. Julgo que seja por isso que o Governo resiste a fazer a alteração”.

Almaraz: é preciso um diálogo com o Governo espanhol

O líder do PSD criticou a posição que o Governo tem adotado face a Almaraz, enaltecendo o trabalho de resiliência que os deputados e a distrital de Castelo Branco têm demonstrado no tema.

“O atual Governo fez birra e não falou com o Governo espanhol. Depois, fez queixas e recuou”, disse. Mas o essencial é questionar porque é que “uma central com os anos desta pode estar a prolongar a sua atividade além do que é recomendável, pondo em risco o futuro de todos nós?”

Pedro Passos Coelho afirmou que “é preciso resolver este problema com o Governo de Espanha, para que não seja criado para Portugal um problema potencial. Eu falei disto com o primeiro-ministro de Espanha e ele mostrou-se consciente do impacto negativo que esta matéria tem sobre o país e sobre a importância de poder ter um entendimento com Portugal que possa resolver este problema”, concluiu.



Future of Europe

4th - 5th May '11 Portugal



Seminário Internacional “Futuro da Europa”

“União financeira para reduzir os riscos da zona euro”

“Em que Europa estamos a pensar quando projetamos incertezas e dúvidas para os dias futuros?”, questionou Pedro Passos Coelho, sublinhando ser relevante “discutir o que é importante para o futuro”. O presidente do PSD lembrou que “a União Europeia tem 27 países que não são iguais, não tem a mesma história, nem o mesmo desenvolvimento económico e social, crescimento ou estrutura”. Acrescentou que, apesar das diferenças existentes, há “uma herança forte” no que se refere a problemas antigos, conflitos ou tensões que, apesar de históricos, “estão a renovar-se numa perspetiva diferente”.

“Há 60 anos, alguns países pensaram que a melhor maneira de evitar uma nova guerra mundial, de manter a paz era promover o comércio livre, com ambição de conseguir no futuro uma comunidade económica”, recordou o social-democrata. “Tivemos a possibilidade de tornar num projeto mais consistente e ambicioso hoje, o que foi o sonho de alguns há uns anos”, disse, alertando para o facto de se estar a “enfrentar problemas graves”.

“Não temos, ainda, uma união bancária, inteira e completa, faltam alguns pilares para esse propósito. Estamos longe de atingir uma união financeira e precisamos de algo do género se queremos reduzir os riscos dentro da União Europeia”.

O líder do PSD continua a acreditar em “Estados mais responsáveis, disciplinados e solidários”. Destacou que “é indispensável fiscalizar”, de forma a evitar outra crise. “É impossível sustentar uma zona Euro sem capacidade fiscalizadora”, defendeu. “Podemos discutir essa capacidade, temos de tê-la. Para o bem e para evitar uma crise mais forte nos próximos anos”.

Propostas diferentes para enfrentar os projetos populistas



Sobre o Brexit, Pedro Passos Coelho afirma que “as pessoas querem provar a sua força para escolher diferente, não estão contentes com a situação atual que é de crise”. Se anteriormente “tínhamos um projeto maravilhoso relacionado com Euro e paz, agora temos uma crise social, de refugiados, de segurança, uma crise económica”. Explicou, ainda, que não se está a crescer o suficiente e é por tudo isso “que temos populismos”.

Pedro Passos Coelho perguntou “como podemos enfrentar estes projetos populistas e radicais?”, para logo responder que são necessárias propostas e resultados diferentes. “Não é tarde para completar a união bancária, para falar de união financeira”, afirmou, reiterando que as negociações resultantes do Brexit devem ser “levadas com sabedoria”, de modo a possibilitarem “a construção de boas parcerias entre a União Europeia e o Reino Unido”.

Alertou que existem dois tipos de respostas que podem ser dadas, as mais imediatas e, por isso, mais fáceis, e as estruturais que exigem que sejam encontradas alternativas para a política monetária.

Pedro Passos Coelho alerta que “é importante ter uma resposta política relativa a Rússia, Brexit e à relação com os EUA”, pois são “problemas estruturais que devem ser enfrentados de forma responsável”.

Pedro Passos Coelho lembrou que “a maioria das pessoas não está confiante no futuro”. Acrescentou que “há algo na distribuição nas sociedades” que está despertar o “lado populista dos políticos e que merece uma resposta”. Assim, “temos de estar preparados para agir na função distributiva da nossa sociedade”. Segundo o líder social-democrata, as desigualdades sociais são um problema enfrentado por diversos países.

“Não podemos ter como exemplo países a saírem da UE e a terem melhores condições económicas porque seria um forte incentivo de que a UE não é plural, cultural e progressiva”.

Para o líder dos sociais-democratas, o ‘Brexit’ é uma forma de as pessoas provarem que têm soberania e capacidade de fazer escolhas diferentes para o futuro, por não estarem satisfeitas com a atual situação.

“Podemos combater esta crise apresentando diferentes resultados e promovendo diferentes perspetivas para o futuro. Não é tarde demais para completar a união bancária”, considerou.

“É importante ter uma resposta política em relação à situação russa, ‘Brexit’ e à relação da UE com os Estados- Unidos da América. Estes três problemas devem ser enfrentados de forma responsável”, defendeu.





Barbosa de Melo era “um homem sábio, um humanista”

O líder do PSD lamentou que as ideias europeístas andem, “às vezes, tão esquecidas” por parte dos “principais responsáveis” políticos. Pedro Passos Coelho sublinhou que as ideias europeístas são muito “importantes” para os portugueses, “embora, às vezes, andem tão esquecidas” no discurso político dos principais responsáveis.

O líder social-democrata falava dia 5, durante o colóquio “60 anos de União Europeia: Balanço e Perspetivas”, de homenagem ao antigo presidente da Assembleia da República e fundador do PSD, António Barbosa de Melo.

Durante a sua intervenção, Passos Coelho recordou que António Barbosa de Melo, apesar de ter “uma visão soberana da participação de Portugal na Europa”, era um “europeísta e achava que a consolidação da democracia portuguesa e o destino português se fazia na Europa”.

No colóquio, as palavras do presidente do PSD foram quase todas dirigidas a Barbosa de Melo, que faleceu a 07 de setembro de 2016. “Era um homem que estava ao serviço da comunidade e, nesse sentido, alguém que honra muito ter feito parte do PSD, de ter ajudado a construir o nosso partido, mas de ter também contribuído para que a democracia portuguesa seja aquilo que é hoje”, frisou.

Para Passos Coelho, e que “não media demasiado as palavras para ser consensual”, tendo sido um político “respeitado por todos” e que era “tido sempre como uma referência ética e moral”.

“Tinha uma visão humanista e profundamente social-democrata. Era um homem particularmente





sensível às questões da justiça, da justiça social, e, por essa via, era um homem que acreditava profundamente nas políticas de igualdade”, venceu.

O colóquio, que teve lugar em Coimbra, foi organizado em conjunto pelo Instituto de Direito Bancário, Bolsa e dos Seguros (BBS) e a Associação de Estudos Europeus de Coimbra (AEEC).

Além de Passos Coelho, participaram também o reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva, o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, e a presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Gabriela Figueiredo Dias, entre outros.

Barbosa de Melo foi uma figura notável da história da cidade de Coimbra, da história do Partido, da integração europeísta e da própria democracia portuguesa. Homem de grande bom senso e com grande liberdade de pensamento, o social-democrata será para sempre recordado pela sua capacidade de intervenção, por afirmar as suas convicções com frontalidade, e pelo respeito e compreensão que demonstrava para com todos os que com ele se cruzavam.



Maria Luís Albuquerque na UBI

Aumento da dívida pública é preocupante

No seminário sobre a Privatização das Empresas Portuguesas, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, dia 2, Maria Luís Albuquerque referiu que, também em relação ao aumento substancial da dívida pública portuguesa, os portugueses têm muitas razões para se preocupar.

“Temos que nos preocupar com a dívida pública antes de estarmos a pedir dinheiro emprestado e temos que nos preocupar com as medidas que estamos a tomar que nos obrigam a pedir dinheiro emprestado e a elevar a dívida pública”, sustentou a vice-presidente do PSD, acrescentando que “temos de nos preocupar com a dívida pública antes de estarmos a pedir dinheiro emprestado e temos que nos preocupar com as medidas que estamos a tomar que nos obrigam a pedir dinheiro emprestado e a elevar a dívida pública”.

Maria Luís Albuquerque explicou que a dívida é o elemento mais importante que se pode observar, que é a “memória dos défices” e adiantou que “enquanto o país tiver défices”, se estará a acrescentar à dívida.

“Depois, se tivermos muito crescimento, a dívida no Produto Interno Bruto (PIB) pode reduzir-se, mas enquanto tivermos uma despesa superior aquilo que é a receita no Estado, vamos sempre estar a aumentar a dívida e esse é um indicador particularmente importante quando ela já atingiu 130% do PIB”, concluiu.



Acompanhe-nos
no dia-a-dia...

PSD
TV



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

José Matos Rosa no Congresso de Autarcas do PSD de Leiria

O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa participou na sessão de encerramento do II Congresso de Autarcas do PSD do distrito de Leiria, sábado, 6 de maio de 2017, em Pombal.



André Ventura, candidato do PSD

“Modernizar Loures”

Loures é, hoje, um concelho que não está a responder ao seu enorme potencial. Para André Ventura, o cenário não podia ser mais claro: a matriz ideológica da atual presidência da Câmara impede o concelho de andar em frente, de criar mais emprego e riqueza. Modernizar Loures é, por isso, um dos objetivos do professor universitário, que concorre à autarquia dando continuidade à intervenção pública que já o distingue. Traz consigo uma visão global de Loures, que passa por mostrar que o concelho se estende para lá da cidade. Uma visão que o motivará a criar políticas de coesão territorial, social e geracional que quebrarão, de vez, com as atuais “políticas de remendo pontual”.

A meta final está traçada: dentro de quatro anos, André Ventura quer ver Loures entre os 10 concelhos mais atrativos para viver e trabalhar. A estratégia para lá chegar também já está definida e passa por “colocar as famílias e as pessoas de Loures em primeiro lugar”. São eles a prioridade, num concelho onde, assegura, o Executivo tem tido outras preocupações.

O compromisso que André Ventura assume para com os municípios marca um ponto de viragem na história da autarquia: “Loures no mapa, sim, pelas boas razões.”

Que retrato faz da cidade de Loures?

Temos de olhar para Loures não só como cidade, mas também como concelho. É um retrato que tem duas visões. Uma visão de reconhecimento de que, de facto, alguma coisa tem sido feita. E uma outra visão, essa sim que me preocupa mais – o que não tem sido feito. Noto que, com o potencial que tem, Loures poderia estar muito mais à frente. Essa é a grande questão que os homens, as mulheres, os jovens de Loures devem colocar: por que é que Loures está como está, com o potencial que tem?

Este é um concelho com um potencial enorme, humano, geográfico, natural, a todos os níveis... Esse potencial tem de ser unido a um potencial de emprego, de empresas, de tecnologias, de “smart cities”, cidades inteligentes, de concelho modernizado. E isso não tem sido feito.

Hoje, olho para Loures com esta preocupação de notar um concelho com um enorme potencial, mas com imenso por fazer. Não se tem tornado num potencial real. Este é também um dos motivos desta candidatura: levar Loures para o patamar que merece.

Muitas vezes falamos de Loures como cidade. De facto, Loures é uma grande cidade. Mas é apenas uma parte do concelho de Loures, em que vive mais ou menos 15% da população. Temos de olhar para Loures com uma perspetiva global. É um concelho com mais de 200 mil pessoas. É um concelho com um potencial geográfico enorme em termos de dimensão e de recursos. É um concelho extraordinariamente importante do ponto de vista da localização. É um concelho com uma faixa etária jovem muito significativa. Ou seja, é um concelho com um potencial enorme de desenvolvimento.

É a forma preocupante como olho para o concelho de Loures que, com este enorme potencial, não o transmite em termos de qualidade de vida das pessoas, de segurança, de credibilidade e estabilidade da vida das pessoas. Por isso é que temos pessoas que saem de Loures para trabalhar ou viver em Lisboa ou para outros concelhos limítrofes.

Se perguntarmos às pessoas em Loures o que falta fazer, as pessoas dirão que falta modernizar Loures. Isso é preocupante para qualquer candidato, que as pessoas



digam que falta modernizar um concelho. Ao mesmo tempo, é um apelo extraordinário que nós sentimos, que tem de ser feito, e que queremos fazer com esta candidatura. É uma candidatura que aposta na modernização. Porque olhamos para o concelho com uma enorme preocupação de incapacidade de sustentar o potencial que tem.

Há no executivo da Câmara de Loures um conjunto de marcas ideológicas que acreditam numa determinada matriz de desenvolvimento. Isso nota-se num indicador.

Há uma matriz ideológica que leva a acreditar que devem ser as estruturas públicas a criar emprego. É um mito, não existe. Não basta dizer que vamos atrair empresas, criando mais umas associações, umas corporações... Não é assim que atraímos empresas. Atraímos empresas tornando as cidades inteligentes, criando potencial de aplicação tecnológica, incentivos fiscais, recursos humanos formados e estimulados para estar no concelho de Loures.

Há uma incapacidade de olhar para o concelho como um todo. Olhamos para os últimos anos, não só os últimos quatro, e notamos políticas de remendo pontual das coisas. Há um problema em termos de transportes e cria-se uma solução específica pontual; há um problema de mobilidade – e que problemas Loures tem de mobilidade... As soluções são sempre de remendo. Nós precisamos de soluções globais, que olhem para o concelho e criem uma ideia de estabilidade a longo prazo.

O projeto para Loures tem de ter 20 anos. Este tem de ser um projeto de modernizar Loures em todas as áreas a 20 anos de distância. Quero um sítio onde eu possa viver, criar uma família, ter uma empresa, ter emprego, ter futuro. Isto não acontece atualmente em Loures. O nosso trabalho vai ser essencialmente para as famílias, para as empresas, para sentirem a tal noção de estabilidade.

Hoje, os concelhos mais apelativos são alguns dos concelhos à volta do Porto e de Lisboa. Loures, infelizmente, não está nos 10 mais apelativos, nem nos 15. Um dos meus grandes objetivos é tornar Loures num dos concelhos mais apelativos para viver, para as famílias, para as pessoas, para as pessoas que lá trabalham e para as empresas.

Quais as prioridades da candidatura?

Estabeleceria duas grandes prioridades em termos de princípio. A grande prioridade da nossa candidatura tem de ser colocar as famílias e as pessoas de Loures em primeiro lugar. Ou seja, criar políticas direcionadas para as pessoas e não para as estruturas, não para as associações. Não estou a dizer que as estruturas, as corporações e as associações – que têm um papel naturalmente importante – que não são relevantes, claro que são. Mas temos de criar uma política municipal, concelhia, virada para as pessoas, na própria redefinição das prioridades.

Como é que podemos ter como prioridade as pessoas e ignorar completamente o esforço que elas fazem hoje em termos de famílias, de educação? Como é que um concelho se demite dessa conversa? Isso é com o governo central? Pode não ser.

Como é que o concelho olha para as questões de saúde? Ainda agora tivemos episódios relacionados com saúde, em que as câmaras municipais podem ter um papel extraordinário. A Câmara de Loures, infelizmente, não tem feito tudo quanto podia e diz “isso não é tarefa nossa, não é trabalho nosso”. Aliás, uma das grandes queixas das pessoas que vivem em Loures é, precisamente, as estruturas relacionadas com a saúde e o apoio às estruturas de saúde locais e regionais. Como é que eu posso querer atrair pessoas para estarem em Loures e criarem os seus negócios se eu não tenho uma política de incentivos fiscais que lhes diz que vale a pena virem para aqui? É uma ideia que se passa em termos abstratos, mas que depois não tem uma aplicação concreta. A nossa primeira grande prioridade é essa: redefinir as prioridades para as pessoas.

A segunda prioridade é, precisamente, o apoio às famílias, quer nas áreas da saúde e da educação, quer até nas áreas da natalidade. Por que é que a Câmara de Loures – que, aliás, tanto apregoou através do partido que atualmente tem maioria na Câmara quer através das estruturas nacionais, políticas de apoio à natalidade, à segurança... Então por que é que em Loures isso não se materializou se todos os dias falam disso na comunicação social nacional e no Parlamento?

Finalmente, a segurança é um dos eixos centrais da minha candidatura. Por questões de formação, mas também de intervenção pública, tenho trabalhado muito nesta área da segurança. Como é que pode haver um concelho apelativo, quando não temos uma ideia de segurança garantida?

Eu acredito em muito do que foi feito, acredito na inclusão. Acredito em semanas da inclusão como foi feito em Loures, na inclusão pela arte, mas isso não basta para fazer segurança. As pessoas têm que sentir que há políticas reais de segurança, que Loures é um sítio seguro.

O atual presidente disse muitas vezes que queria pôr Loures no mapa. Eu também quero pôr Loures no mapa, mas é pelas boas razões: pelo emprego, pelo exemplo de segurança, de “smart city”, de tecnologia, pelo exemplo de utilização de recursos.

O nosso compromisso é criar as bases para que, em quatro anos, Loures esteja na tal lista dos concelhos mais apelativos para viver. Com isso, é preciso trabalhar para as famílias e para as empresas. É preciso trabalhar pela segurança. É preciso trabalhar para as estruturas públicas de qualidade como os centros de saúde, como os centros de apoio comunitários, etc. É preciso pensar nas pessoas e não apenas nas estruturas. Eu não vou desistir até que as pessoas me encontrem na rua e digam “obrigado pelo que fez por Loures, porque este é um sítio onde gostamos de viver”.

De que forma vai concretizar a coesão em Loures?

Temos de criar espaços, temos de criar concelhos onde as gerações mais velhas e as gerações mais novas, as mais e as menos formadas, as mais ricas e as menos ricas têm todas condições para coexistir. Quando isto acontece, diminuem os problemas de segurança, de migração forçada, de emigração. A jusante, diminuem todos os outros problemas. Isto não se basta com uma ideia abstrata de coesão geracional, é preciso criar políticas concretas para isto. Onde é que há coesão geracional? Em dar ferramentas aos mais jovens, para que não se sintam excluídos e possam criar os seus próprios negócios.

Eu estudei fora do país durante algum tempo e recordo-me desta ideia que, infelizmente, marca muito o ensino em Portugal. E eu sou professor universitário, tenho acompanhado isso de perto. Nós, em Portugal, somos formatados e ensinados para ir trabalhar para



outros, para seguir linhas que já estão definidas. Em muitos dos países onde estive, trabalha-se para criar ferramentas, para criar negócios, para criar riqueza, para iniciar projetos. Mas para isso, é preciso poderes nacionais e autárquicos que deem ferramentas para esses projetos. Por exemplo, Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo Jovem – uma ideia tão simples e que faz tanta falta em Loures, onde é tão importante em termos de desenvolvimento. Isto é apenas um passo da coesão.

Temos uma população cada vez mais envelhecida. Isto traz problemas, mas também traz oportunidades. Por que não criar formas para tornar ativa e útil muita desta força, a terceira idade, que pode ser extraordinariamente útil em termos de cultura, de transmissão de valores geracionais, de participação em projetos públicos municipais?

A coesão não se basta com coesão geracional. Há uma ideia de coesão territorial que é importante cada vez mais potenciar. Não podemos criar políticas urbanísticas, de licenciamentos e de construção a quatro e a cinco anos. Porque um dia vamos ter um problema claro, como já temos em alguns municípios, de concentração de pessoas em determinadas áreas, com todos os problemas que isso acarreta, até logísticos e operacionais. Temos de ter condições para distribuir de forma harmoniosa a população. Tem de haver políticas integradas em termos de habitação, de políticas sociais e, mais uma vez, em termos de segurança. Temos de garantir que o concelho de Loures, todo ele, é habitável, seguro, urbano, limpo, verde, progressivo e tem condições para acolher as pessoas. Há uma grande prioridade na minha candidatura que é as pessoas e as famílias, é para eles que vamos trabalhar essencialmente.

Quero que os meus filhos vivam aqui, que os meus netos vivam aqui e tenho tentado convencer amigos meus a virem viver para aqui. Era isso que eu gostava que acontecesse em Loures.

Qual a marca da sua candidatura?

A nossa prioridade não são linhas ideológicas. A nossa prioridade é Loures. Demarca-se por ser uma candidatura jovem e ambiciosa. Por acreditar que, sem estar ligada a preconceitos e a limites de barreiras, é capaz de se fazer o melhor pelo concelho de Loures.

Eu gostava que esta tal marca de irreverência, de juventude... Basta olhar para esta equipa, para ver uma marca completamente diferente em relação a tudo aquilo que é apresentado como proposta política em Loures.

Temos o maior respeito pelos nossos adversários, quer pela CDU, que lidera a Câmara, quer pelo Partido Socialista, mas olhamos para a nossa equipa com uma extraordinária sensação de capacidade em termos de criação de um futuro muito risonho para o concelho de Loures.

Não é só a juventude e a irreverência. É também a formação e a capacidade das pessoas que estão connosco, pessoas que conhecem bem o concelho, que têm ideias muito claras para o concelho e que não têm medo de assumir as suas ideias, mesmo que isso vá contra ideias pré-estabelecidas na sociedade. O que for melhor para Loures é o melhor para nós. E ninguém nos vai impedir de levar a cabo esse projeto. Loures no mapa, sim, pelas boas razões.

Luís Ramalho, candidato da coligação “Unidos por Todos”

Valongo precisa de “um presidente que arregace as mangas”

Luís Ramalho tem 39 anos e é o candidato da coligação “Unidos por Todos” à presidência da câmara municipal de Valongo. A letargia que se vive no concelho de Valongo e a convicção de que é fundamental delinear uma estratégia de desenvolvimento e crescimento foram motivos que basearam a sua decisão de ser o candidato às próximas eleições autárquicas.

O que o motivou a aceitar a candidatura à câmara municipal de Valongo?

Quando me foi posto o desafio entendi que Valongo merecia mais. Valongo merece mais, porque está parado desde as últimas autárquicas. Não temos visto grandes investimentos. Os poucos investimentos que temos assistido são alicerçados naquilo que são os fundos comunitários disponíveis para o efeito. Por parte do Orçamento Municipal as opções têm sido muito reduzidas e invertem-se as prioridades. Entendemos que os fundos comunitários devem ser uma alavanca no apoio à estratégia definida para o concelho. Porém, assistimos a um concelho sem estratégia, recheado de medidas avulso que vão sendo chutadas em função do calendário que está definido pelo próprio Executivo em funções. Aceitei porque entendo, igualmente, que deve haver um tratamento justo para todas as freguesias. As freguesias devem ser tratadas como um parceiro e não o culpado de todas as situações.

As freguesias do concelho de Valongo têm sido mal tratadas?

As freguesias têm sido tratadas em função daquilo que é a sua cor partidária. Entendemos que, respeitando as questões individuais de cada uma das freguesias, elas devem ter um tratamento justo. E justo não quer dizer que seja igual, mas sim equitativo. Ou seja, devemos olhar para as freguesias respeitando as suas questões individuais, as suas características territoriais. Em função disso, a par com a junta de freguesia, o Município deve seguir uma estratégia de desenvolvimento. Somos um concelho com três cidades e cinco freguesias – continuamos a afirmar as cinco freguesias, porque entendemos que Campo e Sobrado devem continuar a ser tratadas, independentemente daquilo que a lei definiu, de acordo com a sua individualidade – num território de 70 quilómetros quadrados e entendemos que há condições para que as freguesias sejam nossas parceiras e não sejam um inimigo, como em alguns casos têm sido tratados pelo atual executivo municipal.

Diz que esta é uma candidatura de União. Como a define?

Em primeiro lugar é uma candidatura de união interna. Aliás, foi assistido quando foi votada em plenário na Comissão Política Concelhia, a união interna do PSD em torno da candidatura encabeçada por mim. E logo a seguir com a coligação com o CDS. Para além da formalização da coligação “Unidos por Todos”, que junta PSD e CDS, temos tido vários movimentos independentes que têm acarinhado a nossa candidatura, considerando-a como um sinal de esperança para o concelho.

De que forma se envolve a população neste projeto?

Pretendemos que a população nos ajude a construir o projeto. Aliás, já criamos canais para que a população possa contribuir com as suas opiniões, as suas críticas e queremos aprender com esses contributos. Queremos efectivamente que seja um projeto que vá ao encontro das expectativas da população e a forma que encontramos para o fazer é ouvir e escutar os anseios da população.





A coligação “Unidos por Todos” defende um modelo de proximidade. De que forma será implementada essa proximidade?

É nossa intenção que o projeto, depois de outubro, seja construído a par com todos os presidentes de junta, independentemente da sua cor partidária. Entendemos que quem está mais próximo do terreno tem uma real visão e mais próxima daquilo que são as necessidades da população. O sucesso das freguesias é o sucesso do concelho. É para ele que trabalhamos. É para a população em geral e são os presidentes de junta que, de forma mais próxima, representam a população. Com esta experiência de oito anos enquanto presidente de junta fui sentindo na pele aquilo que é a aproximação e o afastamento da câmara municipal das freguesias. Entendemos que não faz sentido termos dois níveis da democracia em Portugal, a trabalharem na mesma área territorial e de forma dispar e concorrencial. A população merece respeito, não tem de assistir a um cenário como atualmente assistimos de a câmara estar a culpabilizar as freguesias por um conjunto de situações que, muitas vezes, nem são da sua competência. Devem sim ser o elo de ligação. As pessoas não têm de estar neste jogo de pingue-pongue que em nada dignifica os órgãos autárquicos e por isso é nosso objetivo fazer com que freguesias contribuam para a construção deste projeto a par da população e assim ter o concelho que achamos que merecemos e devemos ter.

Quais são os projetos que os “Unidos por Todos” querem implementar?

Pretendemos um concelho limpo e isso passa por implementar um processo de tratamento e recolha de resíduos eficaz. Desafio qualquer pessoa a fazer o circuito no concelho. Facilmente se conclui que os contentores enterrados já não são higienizados há meses. Está a chegar o Verão e as queixas vão avolumar-se devido ao estado de degradação dos equipamentos e de pouca higiene. De referir que os recursos transferidos para as freguesias são muito poucos, ao contrário do que foi veiculado através de um panfleto, que teve por objetivo único culpabilizar as freguesias por um trabalho que é menos feito. Com esta transferência o que a câmara conseguiu foi dizer que a



partir de agora a responsabilidade não é sua e compete às juntas fazê-lo para depois dizerem que se as juntas não o fazem é porque não conseguem. A delegação legal das competências, sublinhe-se, aconteceu por força da vontade das freguesias do concelho de Valongo e por imposição legal. As câmaras tinham 180 dias após a sua tomada de posse para negociar um pacote de competências que seriam transferidas para as freguesias com os recursos capazes e suficientes. O que assistimos foi uma tentativa de transferir as competências com os menores recursos possível. A prova é que não há uma freguesia que se sinta satisfeita, independentemente da força partidária que a lidera. Não há uma única junta de freguesia satisfeita e capaz de fazer um bom trabalho. É impossível que todos os quatro sejam incompetentes. Faz lembrar a história de que o meu filho é o único que

marcha direito. Temos um presidente de câmara atual que nos diz que os recursos são mais do que suficientes e temos quatro presidentes de junta que afirmam que os recursos não são suficientes e não conseguem assegurar um serviço de qualidade. As juntas de freguesia têm tido muita dificuldade na gestão e manutenção dos espaços verdes, nos serviços de varredura e na gestão e manutenção dos equipamentos escolares. Só com um modelo de gestão aplicado numa junta de freguesia é que é possível conseguir ainda assegurar estas competências. E entendemos que esse não é o caminho. Vamos dotar as freguesias dos recursos necessários. Nunca serão os suficientes mas serão aqueles com que ambos, quer a câmara quer a junta de freguesia, conseguem fazer face aquelas que são as reais necessidades da população.



Que outras áreas são prioritárias?

Também é prioritário ter um projeto social alicerçado na recuperação de unidades familiares. Já chega de caridade. Queremos que os agregados familiares sejam autonomizados e lhe sejam garantidas as ferramentas para que possam reingressar ou ingressar no mercado de trabalho. Estamos a falar de agregados aos quais nunca foram inculcidos hábitos de trabalho e a partir do momento que os integramos no mercado de trabalho, as ferramentas estão colocadas. É evidente que tem de haver um trabalho de acompanhamento para essas unidades familiares porque estamos a falar de um modelo que, muitas das vezes, tem alguma dificuldade em ser implementado devido aos poucos recursos. Entendemos, por exemplo, que a Vallis Habita, a empresa municipal que gere os bairros municipais, pode ter um papel social muito maior num serviço de apoio à ação social que é feita pela câmara que vá além do mero atendimento e pedido de recursos à segurança social. Para nós, as pessoas são importantes, são o nosso capital e para isso temos de as ajudar a fazer um caminho que até agora não foi conseguido e entendemos que temos condições para o fazer. Não nos basta ter empreendimentos sociais pintados com espaços comuns minimamente arranjados. É preciso que as pessoas sintam o espaço como delas, o cuidem, nos ajudem a manter em boas condições e naturalmente que isso acontece quando tivermos uma população capacitada. Para isso é preciso haver um investimento por parte do município.

Para haver esse ingresso no mercado de trabalho também há que criar condições para criar postos de trabalho. Como serão criadas essas condições?

Valongo tem condições únicas. Tem, por exemplo, a Zona Industrial de Campo, uma infraestrutura criada pelo PSD, com um terminal rodoferroviário que permite que as mercadorias entrem e saiam de forma direta e eficaz. No entanto, temos um problema: Não há uma estratégia de desenvolvimento para a zona industrial. Foi criada e ficou à espera que alguém se lembrasse que ela existia e que os investidores resolvessem os problemas da repartição de cada um dos espaços. É praticamente impossível instalar uma unidade industrial que precise de ocupar

10 mil metros quadrados porque no espaço disponível conseguimos encontrar quatro ou cinco proprietários que beneficiam de serem detentores de uma parte do espaço e que vão gerindo o negócio em função daquilo que vai sendo conseguido pelo próprio investidor. A câmara tem criado o Gabinete Mais Investimento, Mais Emprego que se tem limitado a aguardar pelos contactos dos investidores e não tem sido um facilitador para a instalação. Entendemos que a câmara deve ajudar os investidores a encontrar soluções e não ser um meio para encontrar dificuldades à instalação. Este é o nosso caminho. O caminho é ajudar os empresários a encontrar soluções e só assim é possível fazer com que Valongo esteja no mapa, no roteiro da instalação de empresas. Para isso temos de desenvolver uma estratégia e fazer um trabalho a par com outras instituições. Temos de começar a oferecer formação profissional na área que é procurada no nosso concelho. Para definir uma estratégia vamos apoiar-nos naqueles que sentem na pele as dificuldades, ou seja nos empresários. Alguns deles são empresários já cá instalados mas que, por razões de necessidade de ampliação, veem-se a braços com uma dificuldade tremenda. É nosso objetivo tentar perceber com eles quais são as dificuldades porque neste momento, a percepção que tenho dos contactos que tenho mantido, para alguns empresários sair do concelho de Valongo é uma opção. Temos de estar preparados porque os concelhos vizinhos, para atrair investimento, oferecerão condições muito vantajosas para a atração desses empresários. Tão importante para nós como atrair investimento é permitir que os que cá estão têm condições para crescer e criar mais postos de trabalho.

Outra potencialidade de Valongo é o Turismo alavancado nas suas tradições. De que forma pode ser aproveitado?

Criaram-se as “logomarcas” e são usadas em toda a comunicação institucional do município. No entanto, mais uma vez não há uma estratégia de afirmação dessas logomarcas. Cada uma das freguesias está revista numa das logomarcas criadas. Vou dar um exemplo: temos um Parque da Cidade em Valongo que, através do Corredor Ecológico, é uma das portas de entrada não só para a

aldeia de Couce mas também para a serra e hoje está completamente ao abandono. Há que fazer investimento para que as pessoas possam usufruir das infraestruturas. Temos o Porto aqui ao lado. O Porto que tem sido sempre visto como uma ameaça. Hoje, o Porto é uma potência turística e nós podemos canalizar parte desse turismo para aquilo que é o nosso património. Valongo tem condições únicas para poder apostar no Turismo Verde. Mas para isso é preciso procurar os parceiros certos, criar infraestruturas, criar condições para que os turistas que vêm para o Porto, num dos dias possam vir desfrutar daquilo que é o nosso Pulmão da Área Metropolitana do Porto.

Nesse plano estão incluídas as serras de Valongo?

Relativamente às serras de Valongo está agendada uma reunião de trabalho com o candidato a Gondomar e Paredes para desenvolvermos uma estratégia comum e estarmos centrados todos no mesmo objetivo. É uma estratégia de desenvolvimento sustentado. Não queremos que as serras sejam só uma logomarca. Queremos potenciar as serras e temos de estar unidos. Honestamente, o que temos visto no projecto das Serras do Porto não passa de uma ação publicitária sem qualquer consequência. Ainda há poucos dias, numa acção com o candidato do PSD à câmara de Gondomar, na entrada para a serra o que conseguimos ver é montes de entulho na beira da estrada, não há uma única papeleira nas zonas de lazer junto das capelas existentes. Os trilhos têm de necessariamente de passar por cada um dos concelhos e sabemos que quando um projecto é partilhado é uma mais-valia e aumenta a capacidade de financiamento.

Em mandatos anteriores houve uma aposta na depoluição do rio Leça que entretanto não teve continuidade. Que planos tem a coligação para esta área?

Esse será outro projecto que estará em cima da mesa, a requalificação do rio Leça. Está já agendada com os candidatos do PSD às outras duas câmaras – Santo Tirso e Maia – uma reunião de trabalho para podermos desenvolver uma estratégia que permita requalificar a sério o rio Leça. Podemos fazer o trabalho no nosso território e temos naturalmente de fazer essa aposta. No entanto, há índices de poluição que são medidos à entrada no concelho de Valongo que não dependem de nós. Dependem

daquilo que é política ambiental do concelho de Santo Tirso e, por isso, falei já com a candidata do PSD à câmara de Santo Tirso, no sentido de podermos agendar uma reunião de trabalho para que, em conjunto, possamos desenvolver uma estratégia naquele que é o elemento comum aos três concelhos que é o rio Leça.

Ainda na senda do Ambiente, como pensa resolver as questões relacionadas com as queixas da população em relação aos maus cheiros emanados do centro de triagem, a Retria?

Temos de voltar a conversar com a entidade que gere a empresa de reciclagem. Efectivamente, tem sido uma das queixas apontadas pela população. Não é sempre, mas o cheiro emitido pelo centro de triagem faz com que as pessoas não possam ter uma janela aberta. Temos de encontrar soluções. À semelhança dos constrangimentos provocados pelas ETAR no nosso concelho temos de conseguir junto da Retria uma solução para minimizar o impacto do seu funcionamento no dia-a-dia. Faremos isso numa primeira instância junto da empresa. Se não for possível voltaremos à mesa com o Ministério do Ambiente para encontrar uma solução que permita a convivência saudável e possível com estas duas realidades, quer a população quer o centro de triagem.

Ainda nesta linha, disse na apresentação da candidatura que pretende seguir uma política de protecção dos animais. O que é necessário fazer?

É necessário fazer aquilo que nunca foi feito de forma eficaz. No Dia do Animal comemoramos com uma campanha de adopção de quatro ou cinco cães, mais uma medida avulso. Precisamos de ter efectivamente uma estratégia concertada e eficaz para resolver o problema dos animais errantes. Entende-se como errantes os que circulam na via pública e que depois se vão multiplicando na via pública e que com a boa vontade das pessoas vão sendo alimentados. O lugar dos animais não é estarem abandonados nas ruas. É terem o que a lei lhes confere e atualmente confere um conjunto de cuidados que devem ser acautelados, nomeadamente cuidados veterinários e alimentares. A câmara tem de ser o timoneiro nesta estratégia. A primeira coisa a fazer é alargar a capacidade do Centro Veterinário Municipal. Não podemos continuar a dar como resposta que o centro já não tem capacidade para acolher mais animais e por isso não fazemos a recolha na via pública. Não compete à sociedade civil salvaguardar esses cuidados. Têm de ser resgatados, esterilizados, cuidados, e assim garantir as condições de saúde para depois poderem ser encaminhados para campanhas de adopção. Esse é um caminho que não vamos fazer sozinhos. Vamos socorrer-nos de grupos informais, de associações que prestam cuidados aos animais. Vamos tirar os animais da rua, vamos garantir condições de dignidade e saúde para que possam viver em segurança e serem entregues a famílias que adoptarão de forma responsável. Queremos que Valongo, a par de outros concelhos, assumam um papel responsável no que respeita aos animais.

Voltando à questão das freguesias e da igualdade de tratamento, Alfena tem sido a maior crítica em relação à falta de investimento por parte da autarquia... O que falta fazer em Alfena?

Em Alfena falta muita coisa, mas há um investimento estrutural que deve avançar rapidamente e deve servir de alavanca para o desenvolvimento de uma Centralidade. Alfena não tem um centro da cidade. Os serviços estão dispersos. O centro de Alfena é por muitos considerado uma rotunda que tem por referência um posto de abastecimento. Isto porque a junta de freguesia e o centro cultural estão de um lado da cidade, os correios estão no outro lado, separados pela estrada nacional. Para nós é importante que estes serviços sirvam de âncora para uma centralidade que pode naturalmente ser nas imediações da actual junta de freguesia. Para isso teremos de apoiar a instalação de um edifício capaz e digno para a sede da junta de freguesia. Com essa instalação, de forma quase natural, um conjunto de serviços serão instalados em torno desse centro, permitindo assim que a cidade de Alfena tenha um ponto de encontro e de desenvolvimento que consiga agregar as pessoas e a dinâmica económica e social da cidade. Não conseguimos pedir à população que se identifique com local onde os seus



interesses e serviços estão dispersos. Achamos que definir uma centralidade ancorada num novo edifício sede da junta de freguesia vai permitir à população usufruir desse espaço, rodeado do Parque de Lazer do Leça, num espaço já contratualizado pela junta de freguesia e isso será negociado permitindo um investimento de ambas autarquias. A população tem muito a ganhar quando tem um espaço onde se agregar e se encontrar.

Diz que é altura de retomar o tempo perdido. O que quer dizer com isto?

Valongo tem de voltar a estar no centro da discussão da Área Metropolitana do Porto. Somos um concelho considerado de alta densidade, um concelho com um grande potencial. No entanto, mais uma vez devido à falta de estratégia não conseguimos que Valongo se afirme. Não se afirma porque Valongo fica sempre à espera daquilo que serão os fundos de financiamento dos quadros comunitários para definir os investimentos que vão avançar. Por exemplo, ao nível das infraestruturas desportivas, quais foram as requalificadas ou construídas ao longo destes 4 anos? Zero. Aliás, por exemplo, o Complexo Desportivo dos Montes da Costa que foi uma das bandeiras do actual executivo que teve investimento zero! Houve um conjunto de medidas avulsas. Para além disso não houve beneficiação de espaço nenhum. Falou-se na instalação de um pavilhão desportivo na parte traseira do complexo, que não avançou. Não tem bancadas, os balneários estão completamente degradados e com poucas condições para acolher as equipas visitantes. É um espaço que é utilizado todas as semanas por centenas de jovens, não só do concelho. É um cartão-de-visita amarrado, sujo que entendemos que deve ser valorizado. Um dos pressupostos para esta candidatura é a requalificação a sério daquele espaço. Defendemos também potenciar um conjunto de equipamentos. Em Ermesinde, por exemplo, estamos a falar do Pavilhão Gimnodesportivo da Bela. É um espaço que é 50 por cento da junta de freguesia e 50 por cento da câmara e que não vemos qualquer inconveniente ou entrave para que seja feita a reconversão do espaço e com isto aumentar a capacidade de instalação de equipamentos desportivos. Aliás, a Carta Desportiva diz que temos um dos piores rácios da Área Metropolitana do Porto no que diz respeito à oferta de espaços e equipamentos desportivos, direccionados para as mais variadas modalidades.

Na gaveta ficaram ainda processos como a candidatura da Bugiada e Mouriscada a Património Imaterial da Unesco. É um processo que pode ser retomado?

Pretendemos levar a bom porto o projecto que foi iniciado por nós. O processo de candidatura foi iniciado no mandato anterior e estava quase pronto e concluído. Faltava só redigir e entregar a candidatura. Ainda na semana passada estive reunido com a Associação Casa do Bugio que nos diz lamentar o caminho que esta candidatura levou. Não voltará a haver o contexto que existia há quatro anos, altura em que era quase que garantido que a candidatura apresentada pelo Executivo PSD para classificar a Bugiada a Património Imaterial da Unesco seria aceite e aprovada. Perdemos o comboio e

teremos de voltar a fazer um trabalho para garantir o sucesso da candidatura. A par com a Associação Casa do Bugio, iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para recuperar o tempo perdido para voltar a colocar na agenda das candidaturas a Património Imaterial a festa da Bugiada e Mouriscada. E esse caminho terá de ser liderado, naturalmente, pela Associação Casa do Bugio. Não faz sentido que a câmara se substitua às instituições que são as reais detentoras do património imaterial. A câmara municipal deve ser o facilitador e deve entregar, devolver o processo à Associação Casa do Bugio e permitir que ela o lidere. Compete-nos, enquanto Executivo na autarquia, criar essas condições e promover esse património que poderá ser um potenciador turístico e poderá estar nos roteiros dos turistas que vêm visitar o nosso distrito.

O que é ser um presidente de verdade?

É dizer às pessoas aquilo que é a verdade. É assumir esta postura. Muitas das vezes a classe política está descredibilizada porque tem medo de dizer a verdade. As pessoas percebem a verdade, temos é de conseguir explicar essa verdade e não encontrar estratégias de fuga à verdade. E precisamos de um presidente que arregace as mangas, que efectivamente salte para o terreno, enfrente as pessoas, as oiça e a par com elas consiga encontrar soluções. Não podemos assistir a situações como aconteceu, por exemplo, com o projeto da Escola Secundária de Ermesinde em que o Executivo Municipal quando questionado sobre o envolvimento da comunidade, quer da direcção do agrupamento, quer da associação de pais, no desenvolvimento do projeto e se tinham conhecimento da versão final, afirmou que sim. Quando na assistência se confrontaram com elementos da comunidade escolar regrediram na resposta e disseram que vão agora apresentar a versão final do projeto. Não faz sentido enganar os parceiros de vereação, muito menos a comunidade. Nem sempre o caminho da verdade é o mais simples no imediato, mas a médio prazo será aquele que traz mais fruto. Precisamos de alguém que efectivamente viva o concelho, sinta as necessidades do concelho. Moro em Ermesinde, continuarei a morar. Isso faz com que não tenha o momento em que diga que vou para casa e deixo de ter contacto com a população. Tenho contacto com a população no momento em que vou tomar um café, à padaria, à frutaria. Isso fará de mim um presidente que terá muita dificuldade em fugir à verdade, porque serei confrontado com essa verdade, desde o momento em que acordo e o que regresso a casa.

O que podem os valongueses esperar de Luís Ramalho enquanto presidente de câmara?

Serei um presidente de câmara que estará sempre ao lado dos valongueses, um presidente que defenderá acima de tudo os interesses de Valongo junto dos parceiros institucionais, com um único objectivo: garantir o bem-estar e desenvolvimento do concelho. Quando esse objetivo é o centro da nossa atuação o grande beneficiário é a população. Para mim, é importante viver o concelho, sentir o concelho e conseguir transmitir às pessoas o sentimento de pertença e propriedade que é o que temos de mais valioso que é a nossa terra.

Cuidados de saúde primários estão a ser afetados

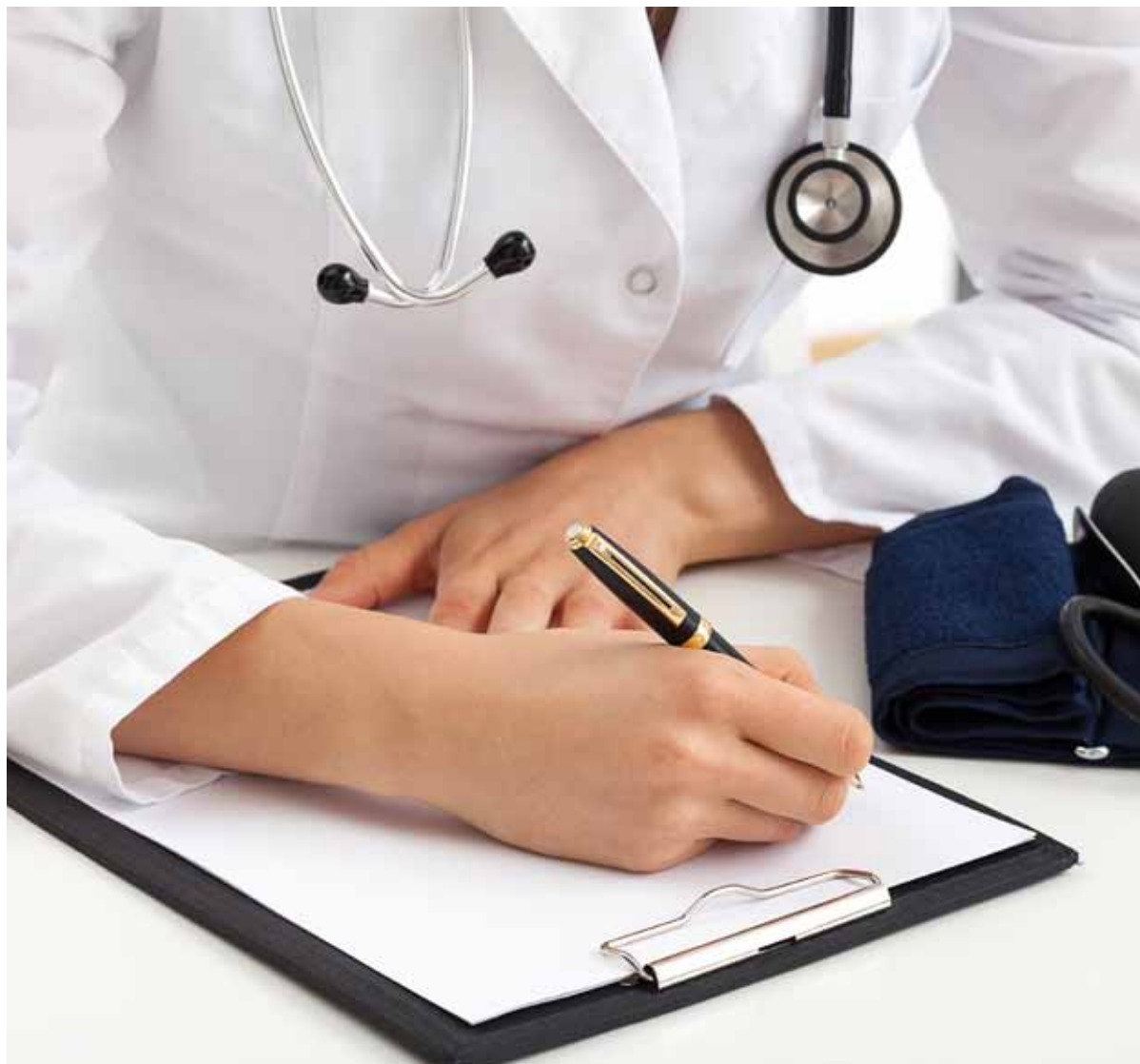
A prestação de cuidados de saúde primários está a ser afetada em vários concelhos do país por falta de autorização do Governo para o recrutamento de médicos, através do programa "Bata Branca". São exemplo disso as unidades do Médio Tejo, mais concretamente Sardoal.

Os deputados social-democratas alertam o Ministério da Saúde "para a urgência que existe na autorização dos contratos com médicos aposentados que já se disponibilizaram para prestar um significativo número de horas no concelho do Sardoal e cuja atividade ainda não se iniciou por falta de autorização". Segundo afirmam, "os médicos já deram o seu acordo, os respetivos pedidos de autorização foram submetidos pela administração de saúde". Falta a autorização por parte da tutela e o respetivo despacho.

O PSD reforça que "a zona do Médio Tejo tem passado por grandes dificuldades na fixação de médicos". Neste sentido, anterior e atual Governo procuraram promover o regresso de médicos reformados.

O programa "Bata Branca" consiste em estabelecer contratos de prestação de serviços ou de avença diretamente com médicos. De acordo com os social-democratas, "é flexível, eficaz e permite à administração da saúde escolher os melhores e mais motivados profissionais, o que nem sempre acontece quando subcontratados através de empresas". Vieram, contudo, a verificar-se, no início do ano, atrasos nos pagamentos a médicos contratados que resultaram na suspensão de consultas.

Entre 2011 e 2015, o Sistema Nacional de Saúde contratou mais de 10 mil profissionais, dos quais quase 7 mil médicos. Foi realizado um esforço para contratação de médicos de família, através do lançamento de oito concursos nacionais e de 1.082 vagas. Em março, e segundo informação do próprio Governo, estavam a exercer funções em estabelecimentos e serviços de saúde cerca



Portugal com mínimos históricos no investimento público



Pedro Passos Coelho tem denunciado "o sacrifício do investimento público" protagonizado pelo atual Governo, como meio para cortar o défice orçamental. Apesar de António Costa se esforçar por criar a ilusão de que não passa de uma "tese", certo é que os dados divulgados pela Eurostat indicam que, em 2016, o investimento público em Portugal foi de 1,5% do PIB - o valor mais baixo da UE para os últimos 30 anos - mínimos históricos no que diz respeito ao País e à União Europeia.

Portugal está, por isso, na posição de "lanterna vermelha", algo que nem no período de recuperação da crise se verificou. Em 2011, o investimento público foi de 3,5% do PIB; em 2012, de 2,5% do PIB; em 2013, 2,2% do PIB; em 2014, 2% do PIB; em 2015, ano de recuperação, 2,3% do PIB. No que se refere ao investimento por português, este caiu de 393 euros em 2015, para 272 euros em 2016.

Portugal, em matéria de investimento público, tem o pior registo da União Europeia. A Comissão Europeia alerta, por isso, o País para a necessidade de proceder ao investimento público que foi anunciado no Orçamento de Estado para 2017.

As críticas e alertas são gerais. Abdelhak Senhadji, vice-diretor do departamento de Assuntos Orçamentais do FMI, criticou a redução do défice à custa do investimento público. Por sua vez, Ferdinando Giugliano, da Bloomberg, denuncia que "o governo português está a redistribuir os frutos da retoma, mas a falhar plantar sementes para uma nova colheita".

Descongelamento de carreiras

PSD desafia Governo a ser coerente

O presidente do PSD desafiou o Governo a avançar, já, com o descongelamento das carreiras na administração pública, visto o Executivo ter afirmado que o tempo que passou não tem impacto nas contas.

Quando Pedro Passos Coelho foi primeiro-ministro, disse que Portugal tinha um problema muito sério: o do congelamento das carreiras na Administração Pública. Descongelar as carreiras custa muito dinheiro, “mas depois de ouvir o Governo, fico com a sensação de que querem dar a ideia oposta, que só custa para futuro. Se “os anos congelados” não contam para nada agora, porque não descongelam já? Se dizem que o tempo que passou não conta, porque não descongelam já?”, questionou o presidente do PSD, este domingo, aludindo à manipulação de informação de quem governa o País.

Há uma forma “mistificadora e manipuladora de quem está hoje no Governo. O Governo e a maioria não gostam de ser desmascarados. A democracia é uma dimensão cultural que não se exprime apenas na letra da lei, é preciso que habite nas células cinzentas de quem governa. Cada um deve responder por si e pela sua organização. Nós falamos pelo PSD e continuamos fiéis à nossa tradição”, assegurou.

Governo está a criar ilusões

O Presidente do PSD acusou o Governo de estar a criar a ilusão de que a queda do desemprego só está a acontecer desde que assumiram o cargo. Tal como Pedro Passos Coelho sublinhou, esta queda estava a acontecer a bom ritmo desde 2014, quando se começou a registar, por um lado um aumento do crescimento da economia e da criação de emprego e, por outro, uma queda do desemprego.

“Hoje, o desemprego está na casa de um dígito, o que é importante. Mas a capacidade de gerar emprego não segue na proporção da queda do desemprego. Só há emprego quando há investimento, quando as empresas têm uma perspetiva de desenvolvimento”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Tal como o líder social-democrata explicou, quando “olhamos para os dados do INE, vemos que de 2014 a 2016 a população empregada aumentou em cerca de 176 mil. A população empregada, apenas em 2016, representou 32% deste valor, o que significa que quase 70% do emprego criado nos últimos dois anos foi gerado até 2015”.

Por outro lado, na “população desempregada, decimos 282 mil pessoas. Quando olhamos apenas para 2016, houve um contributo de 26% da baixa de desemprego, ou seja, o desemprego caiu quase 75% entre 2014 e 2015. Vejam o ridículo que é alguém hoje querer fazer a afirmação de que agora é que o desemprego está a cair e o emprego a crescer”.

Reformas laborais possibilitaram emprego com futuro

“Querem criar a ilusão de que os bons resultados acontecem desde que eles chegaram ao Governo. Chega a ser ridículo ver pessoas com tanta responsabilidade a fazer um teatro tão grande, o que só mostra falta de conhecimento da realidade e falta de respeito para com os que lutaram por chegar onde estamos hoje”, denunciou Pedro Passos Coelho. Se o desemprego está a descer, é porque nos últimos anos, com o esforço de todos, acabou a recessão e “pusemos a economia a crescer. E conseguimos isto com um entendimento importante em sede de concertação social para fazer reformas na área laboral”.

Relativamente ao emprego que foi criado nos últimos três anos, 70% corresponde a emprego criado com



contratos sem termo, ou seja, a precaridade representa cerca de 30% do emprego criado. “Isto não é a prova de que a reforma laboral que fizemos produziu bons resultados? Não era isso que os parceiros sociais e o Governo pretendiam?”, questionou.

“Ainda hoje há quem não se conforme com isto, e quem ache que estes resultados são maus, e quem ache que o Governo ainda não está a fazer uma política suficientemente de esquerda sem reverter mais esta reforma. Foi preciso chegarmos à véspera do 1.º de maio para haver uma ameaça de greve geral se o Governo não virar suficientemente à esquerda”, referiu o líder social-democrata.

O presidente do PSD desafiou o Governo a assumir se tem ou não um compromisso com as associações laborais para não reverter as reformas laborais. “Não tenho dúvida de que no dia em que esta reforma laboral for revertida, quem pagará os efeitos dessa reversão serão os trabalhadores, em particular os mais jovens. Se o Governo reverter esta reforma, não é a reforma do governo que eu chefie que reverte. São as expectativas dos trabalhadores e dos mais jovens que sofrerão a reversão”, denunciou Pedro Passos Coelho.

Mercado laboral: é preciso pensar no futuro

“É o trabalho que dignifica as pessoas, e ele é essencial para o equilíbrio da sociedade. É muito importante que as organizações sindicais procurem adivinhar

tendências e antecipem problemas, para representarem o futuro e não o passado. Os sindicatos deverão estar sensíveis a isto, porque a verdade é que o nível de sindicalização tem vindo a cair, e isso não pode deixar de dar que pensar. É preciso fazer um esforço não apenas para representar os que já estão, mas a pensar no alargamento para futuro, pensando também nos que ainda não entraram no mercado de trabalho”, desafiou Pedro Passos Coelho.

Pensar o mundo do trabalho e o financiamento da Segurança Social não prescinde de uma atividade reflexiva e ação concreta por parte dos sindicatos, do Governo e da Assembleia da República.

É preciso pensar o mercado de trabalho com a introdução progressiva da Inteligência Artificial e da robotização do trabalho por máquinas e computadores, pois podemos ver um conjunto de profissões que podem ser substituídas, mas ainda não temos uma noção clara sobre os novos tipos de emprego.

“Novos empregos serão gerados e é verdade que, do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, o mundo progrediu extraordinariamente com todas as inovações e sempre foi possível encontrar novas oportunidades de emprego. As mutações de hoje ainda não nos dão uma imagem clara do que pode vir a ser criação de trabalho”, afirmou.

Já se observaram várias mutações, por exemplo, na banca, mas é preciso “pensar sobre estes problemas, estaremos habilitados para resolver o choque a médio e longo prazo

CGD deve pedir desculpas ao autarca de Almeida

A CGD, como qualquer empresa pública, deve ser bem gerida de modo a dar lucros e não prejuízos. Ser pública, neste sentido, não deve significar dar prejuízos e não ser concorrencial.

Por outro lado, a CGD, como qualquer outra empresa pública, deve acautelar na sua atividade um certo nível de serviço público. Sem definição de um certo nível de serviço público não há razão nenhuma para que o banco seja público, podendo assim ser um banco privado como outro qualquer.

Ora, o plano de reestruturação da CGD, que é importante para a rentabilidade do banco e para evitar prejuízos para os contribuintes, que são os seus acionistas, foi definido tendo em conta o nível de injeção de capital que o governo decidiu realizar, sendo que quanto mais capital se injetasse maior a reestruturação a realizar, compreendendo aqui redução de pessoal e de balcões.

A CGD não pode, agora, deixar de ter em conta, nesse plano de reestruturação, a adaptação de regras de eficiência que tenham em conta também a existência de serviços e objetivos mínimos de serviço público que justifiquem a sua propriedade pública. Garantir, por exemplo, a presença de balcões da CGD em todas as sedes de concelho do País, particularmente onde não exista alternativa oferecida por outros operadores privados, deve ser preocupação a acautelar nas regras do processo de reestruturação. De igual modo, uma cobertura mínima em geografias de comunidades de emigrantes portugueses que não têm alternativas adequadas para relação bancária com o seu país de origem deve ser acautelado no processo de reestruturação.

Por último, e independentemente destes aspetos, não é concebível que uma empresa pública como é a CGD



se considere em condições de não receber presidentes de câmara, que representam as populações dos seus concelhos, e de não explicar que alternativas têm para suprir falhas do plano de reestruturação.

Não é aceitável o que se está a passar, e que o primeiro-ministro e ministros considerem normal e

justificável não responder perante o Parlamento ou que as administrações de empresas públicas tratem autarcas nos termos em que a CGD tratou e trata o presidente da Câmara de Almeida.

São devidas explicações às populações e aos seus autarcas. E com respeito, e não com soberba e arrogância.

Coragem política do anterior governo viabilizou os Estaleiros de Viana do Castelo



Os deputados do PSD eleitos pelo Alto Minho manifestaram, em comunicado, a satisfação pela atividade dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, lembrando que os projetos em curso só são possíveis porque o anterior Governo, liderado pelo PSD, teve "a coragem política de dar um rumo viável e permanente à construção e reparação naval em Viana do Castelo".

Referindo-se à decisão de subconcessão dos Estaleiros de Viana do Castelo à "West Sea", em 2014, o PSD reafirma que "a razão e a boa defesa do interesse público estavam do lado daqueles que se bateram por uma solução financeiramente competente e que fosse capaz de manter a construção e reparação naval em Viana do Castelo".

Na origem da posição do PSD esteve a visita do ministro da Defesa aos Estaleiros Navais "West Sea", deslocação essa, sublinham os deputados do PSD, que só aconteceu após um ano e meio de permanência no cargo. O governante assistiu à cerimónia de flutuação do terceiro Navio Patrulha Oceânico (NPO) em construção, para a Marinha, o "NRP Sines", tal como dois outros NPO – todos projetos decididos pelo Governo PSD/CDS.

Os deputados do Alto Minho mostram ainda a sua satisfação por "a decisão de subconcessão dos Estaleiros de Viana do Castelo à "West Sea", bem como as várias adjudicações à Marinha Portuguesa, não terem sido revertidas pelo atual Governo como aconteceu em tantas outras áreas com efeitos tão nefastos para Portugal e para os portugueses". E congratulam-se que os partidos da maioria de esquerda comecem agora a reconhecer, "aos poucos e a custo", que estavam "completamente errados" quando tudo fizeram para impedir esta subconcessão.

Crianças com autismo estão sem ensino especializado

Numa pergunta dirigida ao Ministério da Educação, os deputados do PSD, eleitos pelo distrito de Setúbal, querem saber por que razão vários alunos com perturbação do espectro do autismo não estão a frequentar estabelecimentos de apoio especializado.

Os deputados Maria das Mercês Borges, Maria Luís Albuquerque, Bruno Vitorino e Pedro do Ó Ramos recordam que alguns pais foram informados de que os seus filhos seriam colocados em unidades sem apoio educativo especial.

Os parlamentares do PSD pedem que sejam tomadas “medidas para os alunos, mas também medidas de mudança no contexto escolar”, para acautelar as necessidades dos alunos com necessidades especiais ao nível da perturbação do espectro do autismo.

Apesar de, por lei, estar garantida a escola inclusiva assente na personalização das estratégias educativas para as crianças com necessidades educativas especiais, verifica-se que nem todas as crianças do distrito de Setúbal têm acesso a estas unidades, frequentemente, por falta de vagas em unidades de ensino estruturado.

Trata-se de uma situação preocupante e que justificou um pedido de esclarecimento dos deputados do PSD ao Ministério da Educação.

O PSD recorda que “os apoios especializados visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente”.



Governo não paga rendas da Loja do Cidadão



O Governo continua sem regularizar o pagamento das rendas pelo arrendamento das instalações da Loja do Cidadão do Sardoal, um espaço que é propriedade da autarquia.

A situação foi denunciada pelos deputados do PSD eleitos pelo distrito de Santarém que pedem explicações aos ministros das Finanças, da Presidência e à secretária de Estado da Modernização Administrativa.

“São 15 meses de rendas em atraso do Governo a uma pequena autarquia para quem este valor representa algo muito importante. É um mau exemplo que o Estado dá, é um desrespeito enorme pelo poder local e uma conduta que não se coaduna com aquilo que o Governo apregoa”, acusam os deputados Teresa Leal Coelho, Nuno Serra e Duarte Marques.

Desde que a Loja do Cidadão do Sardoal foi inaugurada, em 18 de fevereiro de 2016, o Estado central não procedeu ao pagamento de uma única renda pela ocupação do espaço, violando o contrato assinado entre o Executivo e a autarquia.

Na pergunta dirigida ao Governo, os deputados do PSD garantem que “este não será caso único”, e que caso semelhante ocorre com a Loja do Cidadão de Rio Maior, “onde vários serviços do Estado têm custos de operação por pagar ao município local há pelo menos um ano”.

“Este é um modo de estar e de atuar a que os portugueses já não estavam habituados. Assim é fácil cumprir as metas do défice. Com pagamentos em atraso, com cativações, atirando as faturas para debaixo do tapete, faltando aos compromissos assumidos. Além de constituir, obviamente, uma falta de respeito e de consideração pelos municípios, de que se dizem tão grandes defensores”, sublinhou o deputado Duarte Marques.

O PSD exige “ao Governo que dê o exemplo, que seja um pagador responsável” e que não se volte ao período antes do pedido de ajuda externa, quando o Estado era sempre o último a pagar.

“Não podemos aceitar que as boas práticas de pagamentos a tempo e horas por parte do Estado sejam também revertidas pelo Governo socialista. O Estado não pode voltar atrás em matéria de responsabilidade e de exemplo”, assinalou Duarte Marques.

PS está refém das políticas de educação do BE e do PCP

“Quarenta e quatro anos depois da fundação, vai o PS aceitar ficar refém do comunismo ou vai ser fiel aos seus princípios e a este modelo de educação e dialogar com os sociais-democratas?”. No encerramento do debate parlamentar sobre projeto de lei apresentado, hoje, pelo PSD, que visa aperfeiçoar o atual modelo de ensino público, Luís Montenegro questionou o PS sobre qual a sua posição política.

“O PS tem mesmo de se definir. Tem de dizer se rasga esta opção nacional e se cola à oposição do PCP e do BE”, insistiu o líder da bancada parlamentar social-democrata.

Para o PSD, o atual modelo (construído em 2008 e alterado em 2012) oferece “bons resultados”, mas pode ser melhorado, conferindo mais poder aos órgãos de gestão, nomeadamente ao nível da constituição das turmas e da definição de projetos pedagógicos diferenciados.

A proposta do PSD é “assegurar a participação da comunidade local, dos pais às autarquias, das empresas ao movimento associativo”, concretizou Luís Montenegro

“O serviço público de educação não precisa de facilitismo, de passagens administrativas, de desconfiança e de excessos corporativistas ou ideológicos. Precisa de qualidade e de exigência, de cultura de mérito, de garantir conhecimentos sólidos, de desenvolver capacidades críticas, de estimular e de desenvolver económica, cultural e socialmente o País”, sublinhou Luís Montenegro. Para o PSD, as escolas não podem ser transformadas em “células de atividade sindical ou partidária”.

Por sua vez, Amadeu Albergaria afirmou, na apresentação do diploma, que “o PSD recusa o regresso a modelos de gestão e administração do século passado sob falsos pretextos de democraticidade. O PSD recusa que se afastem as comunidades das escolas. O PSD recusa o que alguns querem: tornar as escolas em pequenas células de ação sindical e partidária”.

Mais poder não pode ser sinónimo de isolamento, mas sim de abertura à diferença, à inovação e à colaboração. “Uma escola que afaste a comunidade, que afaste os pais, que afaste as forças sociais e culturais, que afaste o poder local é uma escola mais pobre. Mais pobre porque se fecha em si mesma; mais pobre porque não potencia sinergias, mais pobre porque não é diversificada. E uma escola social e culturalmente pobre prejudica os alunos”, reiterou Amadeu Albergaria.

“Nós acreditamos que quem está mais próximo dos alunos, que quem melhor conhece os alunos, a direção e



os professores, saberá adotar os critérios mais ajustados ou adequados à promoção do sucesso. Se a esquerda radical desconfia dos professores, dos diretores e dos órgãos escolares, o PSD não”, assinalou também o deputado Emídio Guerreiro.

Reforçar a autonomia das escolas

A proposta do PSD visa melhorar o atual regime de gestão e administração das escolas, aprofundando os instrumentos de autonomia, densificando o projeto educativo, reforçando as competências dos órgãos, promovendo o maior envolvimento da comunidade educativa e reforçando a transparência.

O PSD considera que é preciso atribuir mais poder às escolas na decisão da constituição das turmas e no desenvolvimento curricular; reforçar a liderança por via da transparência e corresponsabilização dos vários órgãos; dar maiores condições para que os membros da direção

e coordenadores possam desenvolver o seu trabalho; e credibilizar ainda mais as associações de pais. São medidas no sentido certo, respostas aos desafios impostos pela prática e a vivência das escolas.

Para o PSD, as ideias da esquerda são desfasadas do dia-a-dia das escolas, dos pais, das autarquias e das instituições locais.

Aprofundar os instrumentos de autonomia e o envolvimento da comunidade educativa significa contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos, promovendo assim a equidade e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O atual regime foi alterado em 2012, com o ministro Nuno Crato. Nos últimos anos registou-se uma melhoria significativa dos resultados dos alunos e de todos os indicadores qualitativos da educação e dos resultados dos alunos portugueses nas provas internacionais (PISA 2015 e TIMSS 2015), o que espelha também a adequação genérica do modelo de gestão e administração das escolas implementado em 2008.

Esquerda quer reverter reforma laboral



“Se é tão importante a contratação coletiva, porque é que o PCP não a incluiu no acordo estabelecido com o PS?”, questionou Adão Silva, deputado do PSD, alertando para a duplicidade do PCP e a falta de oportunidade das suas propostas, que visam alterar o Código do Trabalho no que diz respeito às convenções coletivas. O PSD mantém a sua posição nesta matéria: respeitar a concertação social.

“Hoje, como no passado, somos defensores dos princípios do diálogo social e do superior interesse nacional”, afirma Clara Marques Mendes, deputada do PSD, realçando que os parceiros sociais não podem ficar à margem da discussão.

“A contratação coletiva não é uma flor da lapela, que se põe e se tira consoante os interesses mais ou menos oportunos. A contratação coletiva não é uma arma de arremesso”, lembrou Adão Silva.

Adão Silva acusou ainda o PCP de “estar ao serviço da CGTP, uma correia de transmissão da CGTP”, e recordou que as contratações coletivas e o número de trabalhadores por elas abrangidos estão a aumentar.

Se a reforma das leis laborais em 2013 e 2014 está a contribuir para a diminuição do desemprego, “porquê mexer naquilo que é bom”, nomeadamente nas convenções coletivas, questionou o deputado.

“A pretensão do PCP, que traz a reboque o BE, é reverter a reforma laboral”, acusou também a deputada Susana Lamas.

PSD desafia Governo a esclarecer os portugueses

“É fundamental que, face às posições do PCP e do BE, o Governo e o PS digam exatamente o que pensam e o que vão fazer. É fundamental que o Governo e o PS deixem de andar em discursos vazios, em discursos redondos, a ver o tempo passar e a alimentar a geringonça”, desafiou Clara Marques Mendes

Para a deputada do PSD, o debate que decorreu hoje em plenário reafirma a competição política entre o PCP e o BE e mostrou, simultaneamente, que ambos os partidos apresentam um projeto de lei, para no fim, tudo ficar na mesma. “Esta é a hipocrisia dos partidos mais à esquerda da geringonça. Fingem, esbracejam, sobem os decibéis e fazem tudo para distrair”.

“O PCP e BE não querem respeitar a concertação social e valorizar o papel dos parceiros sociais. O PCP e BE não querem respeitar nem os empregadores, nem os trabalhadores”.

O PSD mantém a sua posição nesta matéria: respeitar a concertação social. A alteração às leis laborais não pode ser feita à margem dos parceiros sociais. “Hoje, como no passado, somos defensores dos princípios do diálogo social e do superior interesse nacional”, disse a deputada social-democrata.

Afinal, “as reformas estruturais que foram feitas no passado – entre elas a da legislação laboral – estão hoje a dar resultados positivos para o país. E isso vê-se na geração de emprego e na redução do desemprego.”



“Alteração profunda” na política das pescas

O líder do PSD/Açores defende “uma alteração profunda” na política das pescas, visando corrigir os “erros” e “falhanços” que conduziram a quebras de cerca de 35% no rendimento dos pescadores, de 2010 e 2016.

Após reunião com a Cooperativa Porto de Abrigo e o Sindicato Livre dos Pescadores, Ponta Delgada, dia 29, Duarte Freitas declarou que o seu partido apresentou propostas, aprovadas por unanimidade, no parlamento açoriano, e que o “próprio presidente do governo reconhecia há um ano que o setor precisava de um resgate”, mas “nada foi feito”.

A Cooperativa Porto de Abrigo e o Sindicato Livre dos Pescadores são promotores de uma petição pública que preconiza soluções para os baixos salários dos pescadores, entregue esta semana na Assembleia Legislativa dos Açores.

“Tem de se reconhecer que houve erros, que houve falhanços, que é preciso corrigir, que se podem corrigir e ser consequentes na definição das políticas”, declarou Duarte Freitas, citado numa nota do gabinete de imprensa do PSD/Açores.

Para o líder dos social-democratas, o governo regional “tem demonstrado uma enorme incapacidade em relação aos problemas das pescas e dos pescadores” nas ilhas dos Açores.

“De nada serve aprovar resoluções a dizer que é preciso mudar ou ter um Governo a afirmar que é preciso um resgate, quando nada se faz para mudar, tudo continua na mesma e a situação dos pescadores piora de dia para dia”, disse.

O dirigente declarou que é “inaceitável continuar a desperdiçar” os apoios que existem para o setor e não assumir propostas como a revisão do preço de primeira venda em lota, a pesca-turismo, o mapeamento, que deve anteceder uma “aposta clara e séria” na aquacultura ‘offshore’, ou a formação dos pescadores.

“Precisamos encontrar soluções para que possamos ajudar aqueles pescadores e familiares que atravessam dificuldades, muitas delas decorrentes do facto de auferirem mensalmente rendimentos que não ultrapassam os 100 euros. Não se pode viver assim”, considerou.

Duarte Freitas deixou a garantia de que o PSD/Açores “está, como sempre esteve, ao lado da sociedade civil, neste caso ao lado do setor das pescas para com eles tentar encontrar soluções”, através de propostas no parlamento açoriano ou procurando alertar o Governo regional.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Marcelo propôs nos 24 anos do PSD

Plano para acabar em 2 anos com listas de espera nos Hospitais



páginas 5 a 7

PSD propõe medidas para criar emprego no interior do País

- Fundo Especial de 2 milhões de contos
- Linha de crédito bonificado no montante de 5 milhões de contos
- Incentivos fiscais à fixação de empresas

página 4

“ Encontros com a Sociedade” debateram alterações climatéricas

página 8

Um aniversário do Partido Social Democrata numa época muito especial

Rui Machete (*)

Comemoramos, no próximo dia 6 de Maio, mais um aniversário do Partido Social Democrata.

A particularíssima situação em que vivemos em Portugal, e também na Europa e nos EUA, justifica que, nesta oportunidade, se refira, não apenas o papel fundamental que o nosso Partido tem desempenhado na construção da nossa Sociedade e Estado após 25 de Abril como ainda o papel que lhe cumpre desempenhar na definição das respostas que o nosso País enfrenta no tempo que atravessamos.

Um grupo reduzido de portugueses, no ano já longínquo de 1974, no ambiente entusiástico e esperançoso, e também um pouco caótico dos primeiros dias de Abril, seguindo o projecto ambicioso proposto por Francisco Sá Carneiro, Francisco Balsemão e Magalhães Mota, os seus fundadores formais, constituiu o Partido Popular Democrático, o PPD. Fizeram-no por entenderem ser apropriado que o futuro do País, saído da Ditadura, se desenvolvesse de acordo com o ideário social-democrata, tal como se estabilizou em Bad Godesberg.

Pensava-se, então, que se devia reorganizar a produção da riqueza no nosso País como um capitalismo eficaz, de rosto humano, misto de algumas empresas públicas e de uma maioria de empresas privadas que assegurasse uma elevada produtividade e permitisse uma riqueza abundante, a ser repartida em termos de uma justiça distributiva correctora de discriminações e propiciando a igualdade de oportunidades.

Hoje, mais de 40 anos volvidos, a social-democracia que professamos, sem abandonar os princípios que informam o nosso programa, tem de enfrentar os riscos da destruição da classe média, consequência sobretudo da grave crise económica de que ainda se sentem as sequelas, por um lado, e da acumulação excessiva da riqueza de poucos e a proletarianização de um grande número de portugueses, pelo outro.

Todos nós conhecemos os problemas contemporâneos resultantes de um neo-liberalismo exacerbado, da desregulamentação dos mercados e da globalização.

Mais grave ainda, os valores fundamentais que regem as sociedades democráticas têm sido esquecidos e muitas vezes desrespeitados. Em Portugal, para ocorrer às graves dificuldades financeiras, a carga fiscal aumentou muito, sobrecarregando sobretudo a classe média. Esta foi, também, ainda, amplamente fustigada pelo desemprego.

Poderemos, para sermos mais concretos sobre a que realidade nos reportamos, caracterizar a classe média, ainda que com algum grau de indeterminação, como composta por aqueles que, em resultado do seu trabalho ou dos seus rendimentos, dispõem do dinheiro suficiente para se sustentarem a si próprios ou às suas famílias, de acordo com os parâmetros normais das necessidades económicas, educacionais e culturais, sem viverem angustiados com carências financeiras do dia-a-dia ou de cada mês, embora sem garantias de poderem manter essa situação e os seu "status" a longo prazo, designadamente por ocorrência de desemprego ou de doenças prolongadas.

Nos últimos anos, o risco e a efectiva queda em situações de pobreza atingiu por forma muito dura essa mesma classe média que, assim, em largos números acompanhou a frustração daqueles que procuravam juntar-se-lhe e que continuaram em situações de carência ou de restrições impróprias de um país europeu do Século XXI.



A elevação do nível de vida e a abertura de oportunidades de progresso económico e social, de modo a que haja cada vez um maior número de portugueses que possam viver por forma digna e desafogada, constitui um objectivo fundamental da justiça social e do progresso não apenas económico, mas moral e espiritual do nosso País.

A social-democracia pretende hoje muito mais implantar a homogeneização da classe média e a sua generalização de grande maioria do povo português, em termos de segurança económica e de capacidade de desenvolver a sua personalidade, indispensáveis ao respeito pela dignidade humana do que, alcançar o nivelamento de todos por baixo dos parâmetros, que há décadas atrás, caracterizavam a mão-de-obra operária ou os empregados não qualificados.

Trata-se, apesar da singeleza da fórmula utilizada para a expressar, de uma tarefa gigantesca, a realizar não apenas em Portugal, mas em diversos países europeus, nos próprios EUA e gradualmente no resto do mundo.

As reacções de populismo a que vimos assistindo, que exaltam o distanciamento entre as elites e o povo proletarianizado, não são afinal mais do que, à esquerda, manifestações ou de neo-marxistas um pouco confusos nas suas propostas, ou à direita, de nacionalistas reaccionários e saudosos, uns e outros exasperados pelo aumento enorme do desemprego e da insegurança no trabalho, ambos criados pela deslocalização das empresas e sem um comércio internacional sem o mínimo de regulação.

Uns e outros, todavia, previnem-nos para os riscos da desatenção ou incapacidade que tem sido revelada para lutar contra esta crescente tendência para extremar a grande maioria num grupo pequeno de muito ricos e num grupo enorme e crescente de muito pobres, com o conseqüente emagrecimento da classe intermédia.

Olhando para as forças políticas do nosso País, consideramos que não será certamente com quem acredita no papel revolucionário da classe operária, concebida ainda como existia no início da Revolução Industrial, ou tão pouco, nos confusos projectos apresentados com o Bloco de Esquerda disfarçando o populismo neo-marxista, mas sempre próximos da ideologia do "Podemos" e do "Syriza" e das críticas à democracia representativa, que poderemos alcançar o objectivo de mudança social e política que desejamos.

Não serão tão pouco os sonhos irrealistas e negadores da liberdade democrática da extrema-direita que nos ajudarão nessa grande mutação.

O próprio Partido Socialista, se continuar dividido entre uma visão irrealista das mudanças a introduzir e as necessidades pragmáticas de se deixar contaminar por certas veleidades dos seus parceiros da "geringonça", não poderá igualmente oferecer propostas viáveis para uma alteração substancial das circunstâncias no sentido de introduzir um progresso económico sólido e uma justiça social equilibrada.

O trabalho profundo de reflexão sobre as grandes reorientações a tomar de uma perspectiva económica, social e jurídica, em última análise política, que consigam realizar os propósitos de elevar uma classe média a usufruir uma existência economicamente folgada, e reais oportunidades de realização da sua personalidade, acompanhada de uma vida cultural diversificada e respeitadora dos valores que caracterizam a sociedade portuguesa, não poderá ser desenvolvida cabalmente sem a contribuição decisiva do PSD.

Ponto essencial é que o Partido esteja disposto a esse enorme esforço de proceder a uma reformulação moderna e adequada às circunstâncias actuais do seu ideário político social-democrata e a propor as políticas sectoriais e transversais concretas que permitam implementar esse mesmo programa.

Durante o tempo necessário, face às condições que então se viveram, tivemos justificadamente de seguir uma política mais austera. É agora altura de, repensando globalmente os problemas e desafios que se nos põem, reformularmos as nossas propostas e o programa de Governo que propomos.

Essa é a melhor forma, de uma vez por todas, que já não é necessária exactamente a austeridade que fomos forçados a pedir ao País, e que há que percorrer caminhos novos de um futuro promissor.

Não se trata de um projecto que nas soluções concretas seja de modelo único e que exclua a cooperação com os Partidos que convenham em soluções democráticas compatíveis com os princípios que defendemos. Estão obviamente nessa situação o CDS, o PS liberto de "geringonças" e os independentes que desejarem. A democracia impõe aliás não só o respeito pelos nossos adversários políticos, como ainda o esforço de aproximação para cooperar em soluções que possam alargar a participação política dos cidadãos nos grandes desígnios nacionais. Tudo isso implica, necessariamente, espírito de compromisso sem prejuízo do que é fundamental para cada um dos actores participantes.

Nas circunstâncias actuais, Pedro Passos Coelho reúne as condições de liderança e a legitimidade para proceder, com êxito, a essa grande modernização programática do nosso Partido e para a reformulação da acção política que se torna necessário apresentar ao País e fazer vencer nas próximas eleições gerais.

Trata-se certamente de uma tarefa difícil e exigente. A grandeza e a importância do objectivo justificam o esforço de as realizar.

(*) Ex-presidente do PSD

Nota: o autor escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BENEDITA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Maio de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, no Edifício da Casa da Vila, sito na Rua do Mercado, s/n com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Autárquicas 2017
- 3 – Outros assuntos

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Golegã, para reunir, no próximo dia 17 de Junho de 2017 (sábado) pelas 17h30, na Rua D. Afonso Henriques, nº 111 - Golegã, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

NOTA

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 17h30 às 19h30

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir, no próximo dia 18 de Maio de 2017 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f), do nº 2, do artº 53º dos Estatutos do PSD
- 2 – Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes ao ano de 2016
- 3 – Análise da situação política partidária

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte da Barca, para reunir, no próximo dia 20 de Maio de 2017 (Sábado) pelas 21h00, na antiga Escola Primária de Ruivos sita na freguesia de Ruivos, União de Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 – Apresentação e votação das contas relativas a 2016
- 2 – Eleições Autárquicas 2017

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Lima, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 02 de Junho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apresentação das contas do ano de 2016
- 2 – Discussão da situação política actual
- 3 – Outros assuntos de interesse



CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital do Algarve, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2017 (Sábado), pelas 10h30, na Sede do PSD/Algarve, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, 8000 - 285 Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política actual (eleições autárquicas de 1 de Outubro de 2017);
- 3- Discussão e votação do calendário de reuniões do Conselho Distrital.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Gondomar para reunir dia 19 de Maio de 2017, pelas 21h30, na sede do PSD/Gondomar, sito na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações;
- 3 – Outros assuntos;

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Fronteira para reunirem no dia 9 de Junho de 2017, às 17h, na Junta de Freguesia de Fronteira, sita na Rua Fr. Manuel Cardoso, nº 39, 7460-144, Fronteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário concelhios.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Portalegre ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE SANTA MARIA DA FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 17 de junho de 2017 pelas 14h00, reunir no do PSD/JSD da Feira, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 16h00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.